



# **Banhado Resiste: estratégias discursivas de uma comunidade habitante de área protegida**

**Banhado fights! Speech strategies of a community dwelling in an environmentally protected area**

*Douglas de Almeida Silva<sup>1</sup>, Universidade do Vale do Paraíba, douglas.almeida9000@gmail.com.*

---

<sup>1</sup> Graduado em História pela Universidade do Vale do Paraíba (2012). Doutorando do Programa de Pós-Graduação do doutorado em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba.

## Resumo

A continuidade das práticas do planejamento funcionalista, centralizado no aparelho estatal e definidor de padrões de uso e ocupação do solo, foi atualizada pelo planejamento estratégico de mercado. Neste contexto, as unidades de conservação são comumente permeadas por conflitos entre os diversos atores sociais envolvidos. Este artigo tem objetivo analisar as estratégias discursivas dos atores sociais envolvidos nas APAs urbanas, a partir do estudo de caso de uma comunidade que vive há mais de três gerações numa área de proteção ambiental: a comunidade do Jardim Nova Esperança (Banhado), de São José dos Campos – SP. A pesquisa foi norteada pela seguinte questão: quais as estratégias discursivas dos atores sociais envolvidos nas APAs urbanas para defender e viabilizar projetos contra-hegemônicos? A metodologia baseou-se em pesquisa exploratória, histórica e sociológica, realizada pela análise documental e observação participante. Os parâmetros de análise das fontes primárias e secundárias fundamentaram-se nos conceitos de campo e capital social de Bourdieu. A observação participante foi conduzida nas reuniões de bairro da Comissão de Moradores do Banhado e movimentos sociais apoiadores. A pesquisa revela como os novos movimentos sociais podem ampliar as formas de comunicação dessas comunidades, fornecendo-lhes um novo posicionamento no campo de disputas do planejamento urbano.

**Palavras Chave:** Planejamento Urbano, Movimentos Sociais, Área de Proteção Ambiental, São José dos Campos, Banhado.

## Abstract

The market strategic planning updated the practices of the functionalist urban planning, especially regarding the State central role on the definition of land use standards and occupation. Within this context, the environmental conservation units are commonly permeated by conflicts emerging from the various stakeholders disputes. This paper aims to analyze the speech strategies of the social actors involved in the urban protected areas, from a case study of a community dwelling for more than three generations in an environmentally protected area, the Jardim Nova Esperança/Banhado community, in São José dos Campos – SP. The question guiding the research was: what are the speech strategies of the stakeholders involved in the urban environmental protected areas to defend and enable counter hegemonic projects? The exploratory, historic and sociologic method was held based on documental analysis and participant observation. Primary and secondary sources were analyzed based on Bourdieu's concepts of field and social capital. Participant observation was held on neighborhood meetings of the Banhado Dwellers Committee, and supportive social movements. The results show how the new social movements widen the communication channels of the communities, providing them with a new position within the urban planning dispute field.

**Keywords:** Urban planning, social movements, environmental protected area, São José dos Campos, Banhado.

## PROJETOS CONTRA-HEGEMÔNICOS: É POSSÍVEL?

O Planejamento Urbano modernista/funcionalista, definidor de padrões holísticos de uso e ocupação do solo, centralizado na racionalidade do aparelho do estatal, foi aplicado, a exemplo da matriz europeia, a uma parte das cidades brasileiras. Nessas cidades partidas, padrões de primeiro mundo foram replicados em áreas privilegiadas, contribuindo para uma modernização incompleta e excludente. Com a globalização da economia na década de 1980, as bases do planejamento modernista foram alteradas para um planejamento estratégico de mercado, comandado por algumas centenas de corporações dos países ricos. Os territórios baseados na desigualdade da hierarquia centralizadora taylorista deram lugar a um novo sistema de redes locais/globais. Na nova ordem, as cidades-globais concentraram a maior parte da riqueza e poder, promovendo a exclusão da grande maioria (MARICATO, 2002).

Este artigo reflete sobre os conflitos materiais e simbólicos da realidade urbana atual entre planejadores urbanos e segmentos dominantes, de um lado, e os movimentos sociais e seus representantes de outro, focalizando as estratégias discursivas de ambos os lados.

A modernização incompleta e excludente, promotora de padrões de primeiro mundo em certas áreas da cidade em detrimento de outras, compõe os conflitos históricos que caracterizam as questões ambientais. Para além das questões geográficas e físicas, o discurso que articula “ambiental” e “urbano” atualizou o debate entre o tratamento “político” e “técnico” do espaço (ACSELRAD, 1999). No embate ideológico e instrumental entre as proposições para as unidades de conservação habitadas, o conceito técnico de risco, em sua definição matemática, tornou-se limitado para a complexidade da dinâmica ambiental e sociodemográfica urbana e foi combinado à noção de vulnerabilidade (HOGAN, 2005; SPINK, 2014).

Neste complexo arranjo socio-ambiental, as áreas de proteção ambiental habitadas há gerações por populações tradicionais tornam-se, automaticamente, áreas de conflito e disputa de interesses entre os diversos atores envolvidos. Deste modo, parte-se da seguinte questão: Quais as estratégias discursivas dos atores sociais envolvidos nas APAs urbanas para defender e viabilizar projetos contra-hegemônicos? Tem-se como premissa que as estratégias discursivas dos movimentos sociais podem ser uma temática interessante para compreender os interesses que os motivam e as vias de construção de propostas contra-hegemônicas.

A área de estudo desta pesquisa, o Banhado, uma planície aluvial de 5,2 milhões de m<sup>2</sup> (sendo 532.000m<sup>2</sup>, terras públicas) situada no centro da cidade de São José dos Campos, SP, foi instituída como Área de Proteção Ambiental (APA) de Utilidade Pública em 1984 e APA Estadual em 2002. Geograficamente, é formada pelo Rio Paraíba e sua várzea, delineada e emoldurada por uma encosta semicircular que o caracteriza como fenômeno natural singular (MORELLI; SANTOS, 1996). Ao longo da história da cidade, a área tem sido palco de conflitos pela apropriação de seu potencial econômico e paisagístico por agentes públicos e privados, num campo de disputas que abriga diversos atores e interesse - desde organizações multilaterais a políticos, advogados, promotores, militantes de movimentos sociais e ambientalistas, que enredam em complexa rede a população tradicional que vive na APA há cerca de 80 anos e que luta contra alterações drásticas em seu modo de vida, pela manutenção dos modelos tradicionais da vida em bairro.

Para realizar este trabalho fizemos uso de pesquisa exploratória, histórica e sociológica, realizada pela análise documental e observação participante. A análise documental investigou fontes

primárias e secundárias que apresentam o Banhado como tema. As fontes primárias analisadas foram os documentos legais, em especial as atuais propostas de intervenção urbana para o Banhado; documentos de posse da Comissão de Moradores do Banhado; documentos dos movimentos sociais, disponíveis nos arquivos públicos, Secretarias de Obras e Planejamento Urbano da Prefeitura Municipal e acervos particulares dos moradores do Banhado e movimentos sociais. As fontes secundárias de pesquisa foram edições do jornal local Vale Paraibano (2008-2015). A análise de fontes documentais incluiu registros disponíveis na rede mundial de computadores, incluindo as redes sociais, dentre as quais se destaca a página do *Facebook* “Banhado Resiste” (BANHADO... 2014), administrada pelo Movimento Passe Livre (MPL) e Comissão de Moradores do Banhado.

Os parâmetros de análise das fontes primárias e secundárias baseiam-se nos conceitos de Bourdieu, quais sejam: campo; espaço social de relações objetivas formado por agentes e grupos em posições semelhantes (BOURDIEU, 1989), e capital social, compreendido como o conjunto de relações interpessoais estabelecidas entre as classes e seus agentes, dotados de capitais comuns e ligados por uma rede durável, mais ou menos institucionalizada, de interconhecimento e relacionamento mútuos (BOURDIEU, 1998). A observação participante foi conduzida pela participação do pesquisador nas reuniões da Comissão dos Moradores do Banhado e Movimentos Sociais, estabelecendo contatos com os agentes envolvidos na defesa do Banhado e seus moradores. Esta participação propiciou a imersão no campo e a observação das redes de relações e estratégias discursivas.

O artigo está estruturado em quatro seções: a primeira discute os conceitos que fundamentam a análise: Discurso Competente, em Chauí (2006), Hegemonia, em Gramsci (1976), Rede, com Marteleto (2011) e Capital Social, em Bourdieu (1998). A segunda reflete sobre as características da primeira estrutura do movimento social dos moradores do Banhado, uma Sociedade Amigos de Bairro, além de analisar as propostas de planejamento da prefeitura municipal. A terceira reflete sobre as características da estrutura atual do movimento social dos moradores do Banhado, articulada aos Novos Movimentos Sociais, bem como discute as propostas atuais de intervenção no Banhado. Por fim, apresentam-se as considerações finais.

## **O discurso hegemônico e o capital social como estratégia de luta urbana**

Desviando um pouco da ortodoxia marxista, Chauí (2006) discute o conceito de ideologia como a forma sob a qual os agentes sociais representam a si próprios o *aparecer social*, político e econômico, e não somente a inversão imaginária do processo histórico ou a representação imaginária do real como exercício da dominação de classe. Para Chauí (1989) as ideias e representações criadas pelos agentes a serviço de determinada classe escondem dos homens o modo real de produção das relações sociais e a origem das formas sociais de exploração econômica e dominação política, fazendo com que pareçam verdadeiras e justas (CHAUÍ, 1989).

Para Gramsci (1976), embora os grupos marginalizados vivam acreditando na representação do real construída pela classe dominante, a exploração econômica e política do mundo real colocam em contradição a concepção de mundo em que as classes subalternas foram educadas, e que explode em ações, lutas e movimentos contra a ordem estabelecida. A classe hegemônica, através de sua ação política, ideológica e cultural, é capaz de manter articulado um grupo de forças heterogêneas e impedir que as contradições sistêmicas explodam em uma recusa da ideologia. Conceituado por Chauí (2006) como o Discurso Competente, o discurso do Estado é um exemplo

de hegemonia. O discurso competente é aquele que é proferido e aceito como verdadeiro. É um discurso lacunar que não pode ser preenchido completamente, não pode dizer tudo, pois é a falta de coerência que garante sua veracidade. Confunde-se com a linguagem institucionalmente permitida, pois é a escolha predeterminada do conteúdo, dos lugares e interlocutores, que garante ao discurso seu caráter homogeneizador, e, portanto, hegemônico.

Os modelos de planejamento urbano contribuem para o sucesso do discurso hegemônico. Vainer (2001) evidenciou a imposição de um projeto de cidade pelo planejamento estratégico que implica na apropriação da cidade por segmentos empresariais globalizados, e tem como condição, a eliminação do debate político e do exercício da cidadania. Arantes (2001) não deixa de notar o paradoxo do planejamento estratégico, nomeado pelos seus defensores como o movimento da *terceira geração urbanística*. Para a autora não aconteceu uma ruptura definitiva com a geração anterior, mas, uma *assimilação* dos modernistas pelos pós-modernistas, integrando o grupo dos vencedores de hoje, num híbrido de racionalidade/funcionalidade - gerenciamento empresarial e cultura de mercado. O planejamento estratégico agravou o inchaço cultural urbano herdado da era industrial. A cultura antimerca do dos movimentos sociais foi incorporada pelo mercado globalizado, como forma de regulação e controle. A metamorfose da cultura dos movimentos sociais em estratégias de marketing abriu caminho para gentrificação das áreas centrais.

Com este processo apontado por Arantes, a abordagem de Marteleto (2011) demonstrou a intensificação do uso das redes sociais como plataforma política dos movimentos sociais da atualidade. A rede social reúne um conjunto de participantes autônomos, unidos por ideias comuns em torno de valores e interesses comuns. Embora o trabalho em redes de conexões seja tão remoto quanto à história da humanidade, no último século tornou-se uma "promessa como uma forma global de organização com raízes na participação individual" (LIPNACK & STAMPS, 1992, p. 19 apud MARTELETO, 2001, p. 72). Os movimentos sociais, assim, podem ser compreendidos a partir do conceito de capital social. O capital social é inseparável de outros capitais, como o capital econômico e cultural, e sua irredutibilidade depende do reconhecimento mútuo dos diferentes tipos de capital entre si (BOURDIEU, 1998).

Na atualidade, as Jornadas de Junho de 2013 correspondem aos episódios mais recentes de lutas urbanas no Brasil. Segundo Rolnik (2013) embora a imprensa, em sua maioria contrária ao Movimento de Junho, apresentasse as manifestações tal como um terremoto "que perturbou a ordem de um país que parecia viver uma espécie de vertigem benfazeja de prosperidade e paz, e fez emergir não uma, mas uma infinidade de agendas mal resolvidas, contradições e paradoxos" (ROLNIK, 2013, p. 10), as Jornadas de Junho de 2013 não surgiram milagrosamente, num súbito despertar de conscientização coletiva. O estopim da revolta foram às mobilizações contra o aumento da tarifa convocadas pelo MPL – Movimento Passe Livre, mas, sua explicação não está no aumento pontual da tarifa. O quadro histórico e político do país, marcado pelo atraso das políticas sociais herdadas na Ditadura Militar, reivindicadas pelos movimentos sociais, seriam a chave para a explicação das Jornadas de Junho. O movimento dos moradores do Banhado se insere nessa temática.

## **Os projetos urbanísticos hegemônicos e a reação dos movimentos sociais institucionalizados: o caso da comunidade do Jardim Nova Esperança**

### **A SOCIEDADE AMIGOS DE BAIRRO DO JARDIM NOVA ESPERANÇA**

A História Regional pouco conhece sobre a origem da ocupação do Banhado. Segundo Rosa Filho (2002) a ocupação do Banhado teve início em 1931, primeira na história do município, sendo a segunda a tomada da Linha Velha da Estrada de Ferro Central do Brasil em 1932. Ressalta o autor o momento de desestruturação da economia agrária na década de 1930, evento contribuidor da consolidação do movimento migratório de trabalhadores rurais das cidades da região do Vale do Paraíba e sul de Minas Gerais para São José dos Campos, atraídos por uma industrialização ainda incipiente.

Os primeiros registros documentais do movimento social dos moradores do Banhado são de 1980, estruturado como uma sociedade amigos de bairro, isto é, uma estrutura vertical-partidária associada à prefeitura municipal. Fundada no dia 2 de novembro de 1980, a Sociedade Amigos de Bairro e Amigos dos Moradores do Banhado possui um histórico de luta e reivindicação por melhores condições de vida. Em documento de 1982 a SAB solicitava ao prefeito da época, Joaquim Bevilacqua, a possibilidade de construção de uma quadra de futebol em frente ao Centro de Orientação Social. Além disso, o documento reforça a necessidade de limpeza do matagal na encosta do Banhado e desentupimento das valetas de esgoto, visando solucionar as inundações em dias de chuva (ídem... 1982). Esta primeira SAB, presidida por José Carlos Flausino, encerrou suas atividades em 1986, e uma nova firma foi aberta em cartório, passando a nova SAB a se chamar Sociedade Amigos do Jardim Nova Esperança. A SAB do Jardim Nova Esperança foi presidida por Antônio Domingues, vulgo Paraíba, e David Moraes (SOCIEDADE... 1986).

Através da sociedade formada em termos legais, as lideranças do movimento faziam uso de ofícios como estratégias discursivas para expressar suas reivindicações por melhorias no bairro, sempre aguardando uma devolutiva positiva dos políticos por eles representados. Na poesia 'A História do Banhado', escrita por um morador, vulgo Zé Maurício Babau, observa-se a íntima relação da população com o representante dos poderes político e religioso. O poema encontra-se disponível na página do *Facebook* Banhado Resiste.

Meu amigo tão prezado/ Se achegue pra escutar / A história do Banhado/ Eu agora vou contar./ Este nosso povoado/ Repleto de gente fina/ Começou iluminado/ Pela luz da lamparina./ Sofremos igual ao nordeste/ Enchendo o balde lá na bica/ Amigo pra nois a Sabesp/ Era só pra gente rica./ A Dona Tina, a Dona Emília/ O Seu Davi, Seu Zé, Seu João/ São as primeiras famílias/ Que chegaram nesse chão./ Meu berço foi uma caixinha/ Eu era um pobre neném/ Comparo a nossa casinha/Ao presépio de Belém./ Recordo que de manhazinha/ Logo depois de mamar/ No colo da mamãezinha/ Eu olhava o trem passar./ Debaixo do pé de limão/ Já um pouco crescidinho/ Num velho papel de pão/ Fiz o primeiro versinho./ Sempre que o Padre João/ Descia para nos visitar/ Eu beijava-lhe a mão/ E começava a o cobrar/ Padre não quero carinho/ Nem bolinha pra chutar/ Eu queria um tercinho/ Me ensine a rezar./ No comecinho de Oitenta/ Adoro muito lembrar/ Já deixando a chupeta,/ Pulei muito a cantar./ Veio a luz, veio a água/ Deu-se a grande promessa/ O Seu Maluf e o Bevilacqua,/ Fez a gente fazer festa./ Foram lutas e agruras,/ Para o bairro melhorar/ Agora tem a prefeitura/ Nos mandando se mudar/ Sou pecador, não sou Jesus/ Mas desejo redimir/ Dou a vida numa cruz,/ Pro Banhado não sair. Zé Mauricio Babau - Poeta cordelista, nascido no Banhado (BANHADO..., 2015).

O autor do poema expressa todo saudosismo nos acontecimentos passados, como a ferrovia e os primeiros moradores do Banhado. Mas o poema também apresenta outros elementos que caracterizam a representação de um passado de sofrimento e carência material, porém, aliviado pelas benesses do pároco e do político provedor. O pároco com uma atitude consoladora e

caridosa promove conforto espiritual. Paulo Maluf, governador do Estado de São Paulo, e Joaquim Bevilacqua, prefeito de São José dos Campos, são atribuídas a imagem do político provedor, quase homens providenciais que materializaram o saneamento básico e a energia elétrica. Não deixa de se notar no discurso a relação de clientelismo e paternalismo com seu representante político e religioso.

A SAB dos moradores do Banhado representa o capital social construído pelo movimento de bairro. Cada agente fortalece o capital social comunitário na medida que suas palavras e ações honram e contribuem para o sucesso do grupo. Através das trocas materiais e simbólicas os agentes conseguem manter articulado uma *rede durável* de relações que dá fisionomia ao capital social (BOURDIEU, 1998). Os políticos fizeram parte da rede durável de relações dos moradores do Banhado, ainda que às custas de uma relação pautada na troca de favores. Os problemas de infraestrutura ocupam o eixo comum das reivindicações, com destaque para o saneamento básico e calçamento das ruas. Saneamento básico e estrutura viária tornaram-se as duas palavras-chave que conduzem a luta do movimento de bairro.

Em ofício do dia 22 de junho de 1999, os moradores do Banhado convidaram o prefeito da época, do Partido da Social Democracia Brasileira, a visitar o bairro para que visse com os próprios olhos as dificuldades de locomoção e saneamento básico dos moradores. Observa-se uma mudança no discurso: a confiança na atitude provedora do prefeito mistura-se ao descontentamento político, em um conflito aberto (COMISSÃO... 1999). No início dos anos 2000, documentos atestam que a SAB do Banhado estava inativa. Em ofício de 2001, enviado a Engenheiro do Departamento de Obras da prefeitura municipal, a reivindicação por melhorias na rede de água e captação de esgoto ainda persistia. Antônio Domingues e David Morais assinaram o ofício reivindicando a metragem da valeta principal da várzea, que não conseguia mais escoar todo o esgoto da cidade para o Rio Paraíba (COMISSÃO..., 2001).

As relações estabelecidas com políticos não renderam como frutos apenas promessas não consumadas, mas, a construção de ações contra-hegemônicas. Publicações de entidades externas encontradas no acervo da comissão confirmam uma relação direta, ou, indireta, com partidos políticos e movimentos populares. Entre os documentos havia uma publicação da CONAM – Confederação Nacional de Associações de Moradores, convidando as associações de bairro para participarem do seminário estadual sobre “o problema da moradia popular”, a ser realizado em agosto de 1988, portanto, contemporânea à Constituição de 1988. Algumas pautas do seminário alinham-se às diretrizes da política urbana estabelecidas na Constituição Federal: “O direito à moradia precede e predomina sobre o direito de propriedade. [...] Reivindicamos a legalização das posses urbanas (favelas ou não), ocupadas há anos desde que o usuário não disponha de outra propriedade” (CONAM..., 1988). De fato, o art. 183 da CF garante a todo homem e mulher a posse do terreno urbano ocupado pelo período de cinco anos, desde que o proprietário não possua outro imóvel (BRASIL, 1988). Este documento atesta a participação da SAB do Banhado nas discussões nacionais sobre moradia digna que serviram de inspiração para a Constituição de 1988.

Noutro documento, uma publicação oficial do gabinete do Deputado Estadual Roberto Gouveia, do Partido dos Trabalhadores, denominada: Mandato Popular apresentava o Projeto de Lei N° 138/1991, que propõe a destinação dos recursos habitacionais do Estado de São Paulo para as associações comunitárias. De acordo com o projeto, do dinheiro destinado à moradia popular, 1% de toda arrecadação do ICMS, seria utilizado um percentual mínimo para projetos habitacionais em regime de mutirão e autogestão desenvolvidos pelas associações de moradores (GOUVEIA..., 1993). Se aprovado, dificilmente tal projeto solucionaria o déficit habitacional do Estado, mas, não tira o mérito da proposta. Até início do século XXI, os problemas sanitários do bairro não só não

havam sido solucionados, como tornaram-se indicativo de vulnerabilidade e justificativa para remoção dos moradores.

## OS PROJETOS URBANÍSTICOS PARA O BANHADO NO SÉCULO XXI

No início do século XXI, organizações multilaterais passam a financiar as propostas de planejamento urbano de São José dos Campos, influenciando com poder e dinheiro o desenvolvimento urbano e o destino das populações de baixa renda. Este processo teve início em 2001 com a aprovação do Estatuto da Cidade, que institui a obrigatoriedade do plano diretor para todas as cidades brasileiras com mais de 100 mil habitantes. Através da Lei Complementar N° 306 de 17 de novembro de 2006 a Prefeitura Municipal instituiu 4° Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (2005-2012). Para realizar os empreendimentos do 4° PDDI, a prefeitura, sob gestão do PSDB, inseriu diretrizes que facilitavam a concessão de parcerias público-privadas, com o objetivo de compor um plano estratégico (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 2006). Em 18 de agosto de 2011, a Prefeitura Municipal de São José dos Campos celebrou contrato com o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, para o financiamento das obras do PEU – Programa de Estruturação Urbana, em valores totais estimados em US\$ 178.026.200,00 (BID, 2011).

Para impulsionar o desenvolvimento da cidade, a prefeitura utilizou como estratégia a captação de capitais no exterior, à custa de uma dependência externa. Em dissertação de mestrado apresentada da FAUUSP, Pedro Arantes (2006) investigou o modelo de cidade defendido pelo Banco Mundial e o BID para a América Latina. O autor analisou a atratividade das baixas taxas de juros e comissões do Banco Mundial para os gestores públicos, porém, demonstrou as contradições dos empréstimos internacionais ao identificar a oscilação cambial como elemento de instabilidade nos momentos de sobrevalorização e desvalorização da moeda nacional. A oscilação cambial não acompanha a variação interna de preços e pode contribuir para a multiplicação da dívida.

De fato, no contrato de empréstimo N° 2323/OC-BR, entre o Município de São José dos Campos e o BID para a execução do PEU, o banco aponta os riscos das taxas de juros (BID, 2011):

“O Mutuário e o Fiador de qualquer Empréstimo do Mecanismo Unimonetário com Taxa de Juros Baseada na LIBOR<sup>2</sup> expressamente aceitam e concordam que: a Taxa de Juros LIBOR poderão estar sujeitas a consideráveis flutuações durante a vigência do Contrato de Empréstimo, razão pela qual a alternativa de Taxa de Juros Baseada na LIBOR pode acarretar riscos financeiros significativos para o Mutuário e o Fiador; [...] qualquer risco de flutuações na alternativa de Taxa de Juros Baseada na LIBOR dos Empréstimos do Mecanismo de Moeda Única será assumido em sua integridade pelo Mutuário e o Fiador, se for o caso” (BID, 2011, p. 10).

A irracionalidade dos empréstimos do BID decorre da imposição do dólar como moeda única, ocasionando a perda do controle interno da moeda nacional (ARANTES, 2006). De acordo com Vainer (2001), o mercado externo qualifica as localizações da cidade tornado-a uma mercadoria de luxo, destinada aos seus potenciais compradores. Para Otília Arantes (2001) os defensores da concepção de cidade *growth machine* pode ser assim resumida: coalizões da elite da propriedade imobiliária e uma legião de profissionais caudatários, que tem como estratégia fundamental a

<sup>2</sup> A LIBOR (*London Interbank Offered Rate*) é uma taxa de juros indicativa contra um grupo de bancos que efetua empréstimos sem garantia entre si, realizado no mercado monetário londrino. Os bancos utilizam as taxas da LIBOR como taxas básicas para efetuar posteriores taxas sobre empréstimos, poupanças e empréstimos hipotecários (GLOBAL..., 2016).

*fabricação de consensos* em torno do crescimento a qualquer preço. Tal fábrica de ideologias contribui para a formação do senso comum, por exemplo: crescimento igual geração de empregos.

Delegando aos futuros gestores a competência pelo pagamento da dívida externa, a gestão do PSDB se interessava mais no financiamento imediato e inserção de suas propostas de planejamento na agenda do BID. De acordo com o Relatório de Gestão Ambiental e Social, realizado pelo BID, o PEU possui três objetivos principais: a ampliação da macroestrutura viária e criação da Via Banhado, último trecho do Anel Viário; a regularização fundiária do município, incluindo o reassentamento das famílias do Banhado e a criação de parques lineares (BID, 2011).

O empréstimo do BID continha certas exigências a serem cumpridas pela prefeitura municipal, dentre elas, a elaboração de um plano de reassentamento dos moradores do Banhado (BID, 2011). Segundo o relatório do PIAS – Plano Integral de Ação Social, elaborado pelos técnicos da Secretaria de Habitação em 2008, a Lei Municipal Nº 2792 e a Lei Estadual Nº 11.262/02, que criaram a APA do Banhado, instruíam a remoção das famílias do Jardim Nova Esperança, sujeitas ao risco de alagamentos, erosões e queimadas; riscos mitigados por técnicas de engenharia nos condomínios de alto padrão econômico, de habitabilidade assegurada (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 2008). Uma das contradições do estudo da secretaria de habitação diz respeito a estes dois patamares da análise de risco: a probabilidade e ocorrência de perigo para a população de baixa renda e a mitigação dos riscos dos condomínios fechados. Enquanto a lei impõe limites à ocupação humana nas APA's urbanas, sua habitabilidade tem sido determinada pelo padrão econômico de cada grupo, ou seja, as análises de risco neste caso adotaram padrões muito desiguais, promovendo a exclusão da população sujeita à maior vulnerabilidade.

A noção técnica de risco utilizada no PIAS é limitada para compreender a questão da vulnerabilidade dos moradores do Banhado. Segundo Spink (2014) a noção de vulnerabilidade incorpora as condições sociais, econômicas e culturais de indivíduos ou grupos que os predispõem a maior ou menor suscetibilidade ao perigo; considera o componente subjetivo, de percepção de risco e sua hierarquização em relação a outros riscos, fornecendo melhor compreensão sobre as decisões tomadas e ambivalências diante dos riscos revelados. De acordo com Hogan (2005) a noção de vulnerabilidade envolve tanto as condições ambientais como a dinâmica social, exemplos: a distribuição desigual dos serviços urbanos, a segregação espacial, o crescimento das favelas e a falta de acesso aos serviços públicos e bens de consumo são componentes da vulnerabilidade socioambiental.

Durante o período de vigência do PIAS, estratégias de persuasão foram combinadas a ações enérgicas e violentas, como no caso da demolição de uma unidade educacional. No dia 11 de julho de 2011 a prefeitura autorizou a demolição da unidade da Fundação Hélio Augusto de Souza (FUNDHAS), entidade especializada em atividades socioeducativas para crianças e adolescentes de baixa renda. A ação dos funcionários da prefeitura e política militar iniciou-se às 7 horas da manhã em período de férias escolares. A demolição da unidade revoltou a comunidade, David Moraes denunciou o esvaziamento das políticas sociais no bairro: "Eles estão pressionando os moradores a deixar o local. O centro comunitário está fechado há anos. A única quadra de esportes está fechada e agora a FUNDHAS está no chão" (DIVERSIDADE..., 2011).

A combinação dos planos habitacional, viário e ambiental, tem como ponto estratégico a região central, articulado numa estratégia de revitalização urbana. Em 2012 a prefeitura municipal utilizou serviços de consultoria do Instituto de Pesquisa, Administração e Planejamento (IPPLAN) para elaboração do Plano Estratégico Centro Vivo, que teria como prioridade a regeneração da área central. Justificado na deterioração da área central como um processo inevitável, os técnicos

do IPPLAN identificaram a ocupação do centro por segmentos marginalizados. Para tanto, o IPPLAN concluiu: “É preciso uma reapropriação efetiva do Centro como espaço que se reverencia e que se usa. É pelo uso que o joseense parece se ver novamente dono do Centro” (IPPLAN, 2012).

A crença na inevitabilidade do processo de gentrificação é acompanhada pela ideia de “regeneração” como a aplicação do termo biomédico na forma de discurso que mascara os conflitos sociais, apagando os processos de expulsão das classes populares ao apresentá-lo como um processo natural (SMITH, 2006). Na proposta Centro Vivo o processo de regeneração urbana era apresentado como inevitável, estratégia discursiva que apaga as contradições da remoção dos segmentos marginalizados, dentre os quais, a população que vive no Banhado. Segundo Bidou-Zachariassen (2006) a gentrificação agrega um conjunto de processos específicos que visa uma mudança econômica no mercado fundiário e imobiliário. Está associada ao predomínio do setor terciário com a globalização com o objetivo de garantir oferta de bens e serviços culturais para a nova classe média. O projeto proposto pelo IPPLAN (2012), Boulevard Banhado, se alinha a essa perspectiva, transformando a avenida que contorna o Banhado em boulevard exclusivo aos pedestres, com cafés e equipamentos culturais, além de uma estação do VLT e um túnel subterrâneo para automóveis.

Enquanto a avenida boulevard era estética e funcionalmente projetada, projeto concluído em 2016 na gestão do Partido dos Trabalhadores, os planos propunham a transformação da várzea em eixo viário interligado ao Anel Viário. O Anel Viário é uma antiga obra viária, erigida no período da Ditadura Militar. Teve início em 1975, completada gradativamente pelos prefeitos posteriores (OTTOBONI, 2008). O discurso da Via Banhado, como último trecho de conexão ao Anel Viário, legitima as propostas de desapropriação, criando um estado de tensão: além de obstruir a paisagem, um grupo de moradores impediria a fluidez e a rápida circulação e conexão da cidade.

Além da gentrificação da área central, a viabilização da verba do BID dependia da transformação da área em parque linear. Para isso, a Lei Nº 8756/2012 criava o Parque Natural Municipal do Banhado, enquadrado nas categorias do Sistema Nacional de Conservação da Natureza. O parque ambiental seria construído com recursos de uma verba de compensação ambiental da Petrobrás (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 2012). De acordo com a Lei Federal Nº 9.985/2000, o SNUC distingue a categoria parque da categoria APA. A APA foi descrita no art. 15 como: “uma área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana”, enquanto a categoria parque, art. 11: “é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas” (BRASIL, 2000). Diretamente, a APA não viabiliza a remoção das famílias do Banhado, mas a mudança de categoria instituiu a possibilidade de remoção do bairro.

A remoção das famílias do Banhado tem sido noticiada na mídia local por um discurso monotônico, em um padrão que se repete e que culpa os moradores por sua situação, tratados como um entrave à constituição do parque: “para não perder a verba de R\$ 9,2 milhões da Petrobrás... [os moradores devem ser removidos]”; “a remoção das famílias é uma das exigências do Estado para a liberação do dinheiro da compensação ambiental”; “Caso a prefeitura não consiga cumprir o acordo, o dinheiro será destinado para o Parque Estadual da Serra do Mar”; “o importante para a cidade é não perder o recurso disponibilizado pela Petrobrás” (O VALE, 2010). Segundo Acselrad (1999), a incorporação do discurso ambientalista tem ocorrido numa confusa associação do conceito de sustentabilidade com outras matrizes discursivas. Sem dúvida, o discurso econômico foi o que mais se apropriou do conceito de sustentabilidade. Os riscos da incorporação do discurso ambiental pelos atores em posições dominantes ocorre pela posição destes no campo de produção das ideias, podendo legitimar ou deslegitimar práticas sociais.

Evidencia-se neste estudo de caso a deslegitimação das práticas da ocupação histórica dos moradores do Banhado e a legitimação da remoção e criação da unidade de conservação, mascarando os conflitos socioambientais. De acordo com Chauí (2006) o discurso oficial consegue instituir um conjunto de representações prévias contrapostas a todo saber que negue as ideias instituídas e investigue a origem histórica das relações objetivas. Para Gramsci (1976), a hegemonia de uma classe se exerce pela unidade de distintas forças sociais e políticas no único Bloco Histórico. A partir da direção e domínio das forças antagônicas e aliadas a classe no poder consegue instituir sua Supremacia.

Os jornalistas do Jornal O Vale tem expressado as orientações dos grupos dominantes, muitas vezes, em caráter ultraconservador e reacionário. O discurso competente aponta os moradores do Banhado como obstáculo para a preservação do meio ambiente. Implicitamente, o discurso competente pode ser lido chantagem, simplificada em “a verba pelo parque, ou, a verba pela desapropriação”. A princípio, os políticos do PT estavam alinhados aos movimentos populares da cidade, incluindo a Comissão de Moradores do Banhado. Vereadores defendiam a conciliação entre o parque e a comunidade, incluindo os moradores como guias turísticos (O VALE, 2012). Ao assumir a prefeitura municipal, a nova gestão deu continuidade às propostas anteriores.

## **Nova gestão, velhas práticas: o continuísmo das propostas hegemônicas e a reação dos novos movimentos sociais**

### **NOVOS MOVIMENTOS, NOVAS ESTRATÉGIAS DE LUTA URBANA: BANHADO RESISTE**

No início de 2014, a administração do PT havia convocado as primeiras reuniões com as famílias do Banhado para discutir as opções de moradia. Por outro lado, jovens militantes que haviam vivenciado as Jornadas de Junho de 2013, participavam pela primeira vez das reuniões da Comissão de Moradores do Banhado. As reuniões da Comissão de Moradores do Banhado estavam cheias, e eram tensas.

De acordo com Marteleto (2001), os movimentos sociais da atualidade estão mais interessados no fortalecimento da sociedade civil como alternativa para solução dos problemas sociais. Nesta abordagem as redes sociais empregam novas práticas políticas articulatórias e interconectadas entre o local e o global. A estrutura extensa e horizontal das redes de movimentos sociais descarta a antiga estrutura vertical-partidária dos movimentos sociais. Para Rolnik (2013) a horizontalidade e apartidarismo dos movimentos sociais de 2013 revela este sintoma mundial de desilusão política. Revoltados com os métodos políticos tradicionais, as Jornadas de Junho gritaram com palavras de ordem, como; reforma política, fim da corrupção, passe livre, e outros. A cidade transformou-se em arma utilizada para a retomada de direitos, conseguindo interferir nos processos de gentrificação urbana.

Com a vitória dos movimentos sociais manifestada na diminuição do valor da passagem do transporte público, as Jornadas de Junho de 2013 relegaram a São José dos Campos uma geração de jovens descontentes com os rumos da política local. O MPL seguiu na vanguarda como primeiro movimento apoiador da Comissão de Moradores do Banhado, seguido da Frente Feminista de São José dos Campos, Mídia Ninja e MUDA – Movimento Urbano de Debate e Ação. Os movimentos unificaram-se em torno de ideais e interesses comuns, mas cada qual aplicava suas plataformas políticas em ações locais no Banhado. Esta rede de movimentos sociais contribuiu para revelar a comunidade e ampliar suas formas de comunicação. Por outro lado, a luta contra a via expressa

significou a própria sobrevivência dos movimentos sociais, isto é, os movimentos da geração anterior já sofriam um processo de enfraquecimento político.

Na rede de movimentos havia movimentos sociais de gerações anteriores, e os diferentes posicionamentos, ideias e ações entre essas gerações nem sempre foram harmônicas. A CMP – Central de Movimentos Populares, era vista com reservas pelos militantes da geração 2013, pois o líder do movimento: Cosme Vitor possuía uma posição ambígua como militante da CMP e assessor de vereadora do PT, primeira dama do Município. Pela proximidade com Cosme Vitor, militantes da Marcha Internacional das Mulheres foram vistos com desconfiança por um período. Debates e acusações mútuas entre ambos os movimentos resultaram no afastamento da CMP das reuniões da comissão. As desconfianças da geração atual de movimentos confirmaram-se quando Cosme Vitor foi nomeado novo Secretário de Habitação do Município. Em nota no jornal local, Cosme Vitor afirmou: “A política do prefeito não é remover as pessoas a força, para higienização social. Mas no caso do Banhado, por exemplo, é uma coisa distinta” (O VALE, 2015).

O movimento ambientalista Fórum Permanente de Defesa da Vida, de geração anterior a 2013, tem colaborado sobremaneira na inserção da comissão de moradores no campo de disputa do planejamento urbano. O movimento faz uso do conteúdo de uma palestra proferida pelo professor Aziz Nacib Ab’Saber na câmara de vereadores em 1991. Ab’Saber (1991) se posicionou completamente contra a construção de edifícios na orla do Banhado. Para Ab’Saber: “O Banhado, até certo ponto, é um centro de dispersão dessa poluição, já que ele funciona, pela sua amplitude, como um elemento de dispersão” (AB’SABER, 1991, p. 2).

O discurso do renomado geógrafo e planejador urbano adquiriu caráter de cientificidade. O fórum compreende o Banhado como elemento de dispersão da poluição e facilitador da circulação dos ventos, evitando ocorrências de ilhas de calor na área central. O movimento é contrário a remoção dos moradores do Banhado, pois entende: “que eles estão perfeitamente assentados em sintonia com o ecossistema local, portanto não estão efetuando nenhum processo de degradação na área, pelo contrário, tem ajudado a preservar o ecossistema local” (FÓRUM..., 2008, p. 2).

Segundo Bourdieu (1998) cada membro do grupo encontra-se como guardião dos limites do grupo, garantindo as trocas materiais e simbólicas estabelecidas. Sem dúvida, os movimentos partidários não tiveram representatividade no Banhado, como a CMP, ligado ao PT. Os movimentos decidiram em reunião unificar suas estratégias discursivas numa única plataforma política, simbolizada em um perfil nas redes sociais denominado: Banhado Resiste. Em nota no jornal local, Renato Leandro, membro da Comissão de Moradores do Banhado, afirmou: “A internet traz visibilidade e queremos que toda a sociedade veja o que o atual governo quer fazer no bairro. Vão degradar o meio ambiente e ainda abrirão espaço para a especulação imobiliária” (O VALE, 2014).

A declaração do membro da comissão abre a possibilidade de compreender o capital social estabelecido entre os movimentos. Nas reuniões, os movimentos compreendiam a totalidade dos acontecimentos como um conflito de classe, entre os moradores de classe média alta da região oeste, empreiteiros e especuladores imobiliários contra a população do Banhado. Com o MPL na vanguarda, a luta pelo bairro foi gradativamente mesclando suas características com a luta pelo transporte público. No texto do MPL publicado na página Banhado Resiste, o movimento denominou a Via Banhado como “Via Alphaville”, numa alusão ao condomínio fechado construído na região oeste naquele período (BANHADO..., 2014): “A “Via Banhado” ou melhor, Via Alphaville, projeto previsto para passar por cima da Comunidade do Banhado [...] visa diminuir o trânsito nas

regiões nobres da cidade, em detrimento da remoção de centenas de pessoas, e de sua mudança para bairro extremamente periféricos e com péssima infraestrutura” (BANHADO..., 2014).

As redes de relações são instituídas para produzir e reproduzir relações duráveis, aptas a proporcionar lucros materiais e simbólicos por meio das trocas, que podem ser traduzidas como estratégias de investimento, conscientes ou inconscientes, que transformam as relações de vizinhança, por exemplo, em relações eletivas que implicam em obrigações duráveis (BOURDIEU, 1998). De certa forma, a Comissão de Moradores do Banhado e movimentos sociais realizaram as trocas de propriedades entre si, passando a comunica-las nas redes sociais: “A via incentivará a utilização de mais automóveis, agravando assim a situação do ar que está cada vez mais poluído e os problemas respiratórios que já atinge a população. Daí fica a pergunta: essa cidade é para carros ou para pessoas?” (BANHADO..., 2015).

Na realidade concreta havia disputa entre os movimentos pelas ações localizadas, articuladas em dois níveis de atuação: ações culturais e ações de mobilização popular. Como não havia compreensão por parte da comissão sobre as ações de mobilização popular, associadas com vandalismo, as ações culturais predominaram por um período, lideradas pelo MUDA, que possuía recursos financeiros maiores. O MUDA realizou o trabalho fotográfico e audiovisual no bairro, além de festivais e festas em datas comemorativas. Enquanto o MUDA defendia a estratégia de conscientização popular pela arte e a cultura, o MPL, Frente Feminista e Mídia Ninja, defendiam a mobilização popular manifestada em atos e passeatas em vias públicas. No geral, ambos os movimentos utilizavam a cidade como arma, divergindo no modo como se apropriavam dos espaços públicos.

Nas reuniões havia a presença dos membros da Comissão de Moradores do Banhado e movimentos sociais, mas, poucos moradores que não fossem membros da comissão. De fato, as reuniões da prefeitura municipal atraíram um número maior de moradores. Eram anunciadas com 12 horas de antecedência, normalmente em dias de reunião no bairro. O caráter de urgência da convocação da prefeitura criava um estado de tensão entre os moradores. Enquanto funcionários da secretaria de serviço social realizavam o cadastro dos moradores nos programas habitacionais utilizando as dependências do centro comunitário, a comissão convocava assembleias no mesmo dia e horário na quadra de esportes, disputando o espaço de luta simbólica por meio de carros de som. Durante o cadastro a prefeitura realizava a distribuição de lanches e algodão doce para as crianças, desviando o foco da assembleia de moradores.

Segundo Chauí (2006) a eficácia do discurso competente depende da aceitação tácita da incompetência dos indivíduos como sujeitos sociais e políticos. Por meio da racionalidade e organização, as ações dos agentes do Estado parecem emanar da própria racionalidade. De acordo com Gramsci (1976), os governados, por seu consentimento ativo, poderiam ser considerados funcionários do Estado, graças às atividades práticas do Estado comandado pela classe dominante. Ao presenciar a ausência da população do bairro nas reuniões da comissão, pude identificar que o discurso oficial consegue colocar alguns moradores contra o movimento de bairro. Para estabelecer contato e incentivar os moradores a participar das reuniões de bairro, movimentos sociais e comissão de moradores distribuíram cartazes com mensagens de orientação (BANHADO..., 2015). Enquanto isso, a prefeitura implementava os estudos técnicos viabilizados.

## **VIA BANHADO E O PAPEL DA DEFENSORIA PÚBLICA**

Entre 2014 e 2015, dois estudos técnicos foram divulgados pela gestão municipal para o Banhado: o EIA-RIMA (Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental) e o Diagnóstico

Socioeconômico das Famílias do Banhado. O EIA-RIMA, elaborado pelo consórcio PLANSERVI-COBRAPE, de São Paulo, compôs a solicitação de licenciamento ambiental enviada pela prefeitura municipal à CETESB (Companhia Estadual do Estado de São Paulo) em julho de 2013. O responsável pela obra era o secretário de transportes e o BID, o maior apoiador financeiro do empreendimento (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 2013).

Na análise do consórcio contratado, os moradores do Banhado vivem em precárias condições sanitárias, situação que se agrava a cada dia com o despejo de esgoto sanitário, resíduos domésticos e entulhos de construções na área de várzea. As lavouras cultivadas no Banhado foram reprovadas pelo uso de defensivos agrícolas pelos agricultores. O PLANSERVI-COBRAPE identificou, ainda, o risco de deslizamentos das encostas e situações favoráveis para a propagação de doenças, como o acúmulo de resíduos nas áreas alagadiças e a propensão a doenças verminosas, contraídas pelo consumo de água das vertentes. A PLANSERVI-COBRAPE ressaltou o impacto positivo do empreendimento proposto para a recuperação da paisagem. Justificou a implantação da via para concretizar os objetivos do PEU. Alertou para as sérias consequências ao Município e ao Estado de São Paulo caso Via Banhado não fosse construída: maiores engarrafamentos na Via Dutra e na região central de São José dos Campos, aumentando a frota do transporte individual e a poluição atmosférica, além da não realização dos projetos Anel Viário e Boulevard Banhado (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 2013).

No Diagnóstico Socioeconômico das Famílias do Banhado, elaborado pelo ambientalista Lincoln A. de Barras, como exigência do BID, foram identificadas 460 famílias, correspondendo ao número de 1.317 pessoas. Segundo o relatório, 28% das famílias eram constituídas por um único indivíduo; o índice de indivíduos solteiros era elevado, cerca de 55,0%, e o nível de escolaridade, baixo: 62,4% de pessoas não eram alfabetizadas ou não haviam completado o ensino fundamental (BARRAS, 2014).

Com base no levantamento socioeconômico, cinco alternativas de reassentamento, inseridas em um plano de reassentamento, ainda em elaboração, foram propostas: indenização dos imóveis documentados, indenização dos imóveis não documentados, auxílio-aluguel, compra-assistida e unidade habitacional (O VALE, 2014). Em nota no jornal local, o secretário de transportes comunicou a abertura de um escritório para atendimento das famílias na secretaria de transportes, onde a prefeitura disponibilizaria para indenização de imóveis o valor de R\$ 96.000,00 (o teto máximo fixado pelo PMCMV), ou, R\$ 500,00 para auxílio-aluguel, ou, transferência para conjuntos habitacionais (O VALE, 2014). Finalmente, a Lei N° 9.258/2015, instituiu o Programa Municipal de Compra Assistida, que consiste na compra de um imóvel em qualquer localidade do país, desde que respeite os valores fixados no teto máximo do PMCMV (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 2015).

Diante da divulgação dos estudos técnicos da prefeitura, um estudo técnico conduzido pela Defensoria Pública, em 2015, se contrapôs ao estudo técnico realizado pela prefeitura e apresentou dimensões não reveladas no EIA-RIMA e no Diagnóstico Socioeconômico das Famílias do Banhado. Baseados na aplicação de formulários para coleta de análise de dados, entrevistas e visitas na área, Alberini verificou a existência de dois núcleos no Banhado, o núcleo II, predominantemente rural, proveniente das primeiras famílias que ocuparam a área na década de 1930, e o núcleo I, um misto rural e urbano, originário de famílias atraídas pela oferta de trabalho nas indústrias nas décadas de 1960, 1970 e 1980. Para a agente da defensoria, tanto a PLANSERVI-COBRAPE, como Lincoln A. Barras, não conseguiram compreender que as residências construídas com madeira não são sinal indicativo de precariedade, mas, apontam as origens rurais das famílias que organizaram a ocupação do solo de acordo com os hábitos tradicionais. As residências de

madeira encontram-se no núcleo I, mais adensado, com elevada arborização nas vias e nos terrenos, além de pequenas hortas e criação de animais domésticos. O núcleo II é constituído por chácaras onde se pratica agricultura sem uso de agrotóxicos. Porém, alvenaria predomina nas residências do bairro (ALBERINI, 2015).

Tanto no núcleo I como no núcleo II, o estudo revelou a insegurança dos moradores em renovar suas moradias devido às ameaças constantes de demolição pela prefeitura municipal. Para a socióloga, as informações do levantamento socioeconômico elaborado por Barras parecem equivocadas quando comparadas com as entrevistas e visitas no bairro. Embora o diagnóstico tenha apontado a predominância de um indivíduo por família no bairro, no relatório da defensoria a média encontrada foi de 3,3 moradores por domicílio, com variação de três a seis moradores por domicílio. Há divergência também quanto ao predomínio de solteiros. As entrevistas realizadas pela defensoria revelaram que não houve inserção de novos moradores no bairro, sendo que as novas construções se deram no âmbito familiar. Para a autora a baixa escolaridade não aponta somente a vulnerabilidade dos moradores, mas reflete o tipo de constituição social da área, composta por chefes de família do contexto rural (ALBERINI, 2015). Importante destacar que o estudo de Barras revelou 27,0% de indivíduos que declararam viver no bairro há mais de 30 anos, com mais 28,7% entre 20 a 29 anos de vivência no bairro (BARRAS, 2014). Para a defensoria isto demonstra o grau de consolidação da área e aponta o descaso do poder público que não proveu melhorias necessárias em sua infraestrutura (ALBERINI, 2015).

A análise institucional apontou que 205 famílias, ou seja, 44,6% eram favoráveis à remoção, contra 82 famílias contrárias e 33,5 % permaneceram sem registro. Entre as alternativas propostas, 112 famílias seriam favoráveis a receber uma unidade habitacional e seis famílias favoráveis a casa, enquanto não houve adesão para compra-assistida, indenização ou permanecer no Banhado. Um número expressivo - 147 famílias - não prestou nenhuma informação (BARRAS, 2014). Para nós, as 147 famílias que não prestaram informação sobre opção de reassentamento e os 33,5% sem registro, comprometem a análise de dados, pois o estudo não contemplou grande parte dos moradores. Outro fator importante é a alta adesão às unidades habitacionais e a recusa por indenização e compra-assistida, sugerindo que o valor fixado no teto do PMCMV, R\$ 96,000,00, não é suficiente para adquirir um imóvel no mercado imobiliário.

Para a defensoria, numa publicação oficial distribuída no Jardim Nova Esperança para orientação dos moradores, as opções de moradia foram simplesmente comunicadas aos moradores, não lhes dando opção de discutir sobre as propostas (DEFENSORIA..., 2015).

Se levarmos em consideração as questões materiais e simbólicas sentidas no campo e verificadas nos documentos oficiais do movimento de bairro, compreende-se que os moradores do Banhado enxergam a questão da vulnerabilidade como o rompimento com vínculo com a terra e os laços familiares e de vizinhança. Vulnerabilidade, neste caso, seria a remoção dos moradores para conjuntos habitacionais na periferia, onde não existiria relação de identificação e pertencimento.

## Considerações finais

No século XXI, os projetos urbanísticos de São José dos Campos receberam orientação das organizações multilaterais, o que influenciou os destinos das populações de baixa renda. Com a mudança da administração política, alteraram-se os métodos coercitivos, não mais baseados na violência física, mas, substituídos por formas de consentimento não participativas.

Para Bourdieu (1998) o capital social não é um dado natural, mas produto de um trabalho de manutenção das relações. É uma rede dinâmica, com período de duração limitado. Condicionado pelas mudanças sociais e históricas, o movimento social dos moradores do Banhado transformou-se de uma sociedade amigos de bairro, institucionalizada para atuar no âmbito do Poder Público, numa estrutura horizontal e apartidária própria dos Novos Movimentos Sociais. As mudanças dos atores sociais por outros desativaram as antigas formas de capital social por novas formas de capital social. Articulados entre o local e o global, a comissão de moradores, movimentos sociais e defensoria pública trocam seus capitais, contribuem para revelar a comunidade e ampliar suas formas de comunicação, inserindo a comissão no campo planejamento urbano, onde suas estratégias discursivas são apresentadas como ações contra-hegemônicas. A experiência sentida em campo nos credibilidade para considerar que o não reconhecimento da Comissão de Moradores por uma parte dos moradores do bairro torna o movimento dependente dos movimentos sociais, retomando as antigas características de dependência do político provedor.

Atualmente, a prefeitura municipal instituiu um conselho gestor para o novo plano diretor do Município. Audiências e oficinas de leitura comunitária serão realizadas entre os meses de novembro e dezembro de 2016. Resta saber se o novo plano dará continuidade ao processo de gentrificação e atração de empreendimentos que prejudiquem a qualidade de vida dos grupos mais vulneráveis, ou, pensará em alternativas que equalizem crescimento e desenvolvimento.

## Referências

AB'SABER, Aziz Nacib. **Palestra do Prof. Dr. Aziz Nacib Ab'Saber proferida na Câmara Municipal de São José dos Campos**, 1992.

ARANTES, Otília Fiori. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O. F.; VAINER, C. B.; MARICATO, E. **Cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

ARANTES, Pedro Fiori. O ajuste urbano: as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades. **Rev. Pós**, n. 20, São Paulo, dez. 2006.

ACSELRAD, H. Discursos da Sustentabilidade Urbana. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, p. 79–90, 1999. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/viewFile/27/15>>. Acesso em: 04 maio 2014.

ALBERINI, Marilene. **Parecer Técnico Socioeconômico: Comunidade Jd. Nova Esperança – Banhado, São José dos Campos**. Defensoria Pública do Estado de Paulo/Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo: São Paulo, 2015.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID). **Relatório de Gestão Ambiental e Social (RGAS)**. Consulta Pública, 2011, Disponível em: [www.idbdocs.iadb.org](http://www.idbdocs.iadb.org). [Data de acesso em: 10 abr. 2014].

\_\_\_\_\_. **PEU – Programa de Estruturação Urbana de São José dos Campos: Contrato de empréstimo N° 2323/OC-BR entre o Município de São José dos Campos e o Banco Interamericano de Desenvolvimento**. São José dos Campos.

Consulta pública, 2011, Disponível em: [www.iadb.org/Document.cfm?id=1428693](http://www.iadb.org/Document.cfm?id=1428693) [Data de acesso: 12/04/2014].

BARRAS, Lincoln A. **Diagnóstico Socioeconômico das Famílias do Banhado**. Lincoln A. Barras. Programa de Estruturação Urbana de São José dos Campos SP BR – L1160, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm) [Data de acesso: 15/03/2015].

BRASIL. **Lei N° 9.985, de 18 de julho de 2000, institui o SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm) [Data de acesso: 15/03/2015].

BRASIL. **Decreto Lei N° 25, de 30 de novembro de 1937, organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional (Lei de Tombamento)**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm) [Data de acesso: 16/03/2015].

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (org). **De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de revitalização dos centros urbanos**. São Paulo: Annablume, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil 1989.

\_\_\_\_\_. **Escritos de Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Cortez, 2006.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES (CONAM). **O Problema da Moradia Popular**. Seminário Estadual, 1988.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO – REGIONAL SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. **Defensoria pública informa: toda pessoa tem direito à moradia e de proteção contra remoções forçadas**. Informativo. São José dos Campos, 14 de Setembro de 2014.

DIVERSIDADE ADVERSA. **Vergonha! Cury manda demolir escola do Banhado na surdina para pressionar moradores a sair!!!** 12 de Julho de 2011. Disponível em: <http://diversidade-adversa.blogspot.com.br/2011/07/vergonha-cury-manda-demolir-escola-do.html> [Data de acesso: 15/04/2014].

DOMINGUES, Antônio; MORAIS, David. **Sociedade Amigos de Bairro e Moradores do Jardim Nova Esperança**. Correspondências expedidas, 1986.

FLAUSINO, José Carlos. **Sociedade Amigos de Bairro e Moradores do Jardim Nova Esperança**. Correspondências expedidas, 1982.

FÓRUM PERMANENTE EM DEFESA DA VIDA. **O futuro do nosso Banhado**, (s/d). Disponível em: <http://www.forumpermanentedefesavida.com.br/banhado.php>. [Data de acesso: 22/03/2014].

GRAMSCI, Antônio. **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.

\_\_\_\_\_ **Maquiavel, a política e o Estado moderno.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1991.

GOUVEIA, Roberto. **Mandato Popular.** Publicação oficial do gabinete do deputado Roberto Gouveia, 1993.

GLOBAL RATER. COM. **LIBOR – Informação detalhada sobre a LIBOR.** Disponível em: <http://pt.global-rates.com/taxa-de-juros/libor/libor-informacao-de-referencia.aspx> Acesso: 22 out. 2016.

HOGAN, Daniel Josph. Mobilidade populacional, sustentabilidade ambiental e vulnerabilidade social. **R. bras. Est. Pop.**, v. 22, n. 2, p. 323-338, jul./dez. 2005 Disponível em: [http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev\\_inf/vol22\\_n2\\_2005/vol22\\_n2\\_2005\\_10artigo\\_p323\\_a338.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol22_n2_2005/vol22_n2_2005_10artigo_p323_a338.pdf). Acesso em: 25 abr. 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA, ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO (IPPLAN). **Plano Estratégico Centro Vivo/Estudo sobre o centro histórico de São José dos Campos.** São José dos Campos: Secretaria de Planejamento Urbano, 2012.

JORNAL O VALE. **Ex-líder de invasões virá assessor da habitação.** 15 de agosto de 2015. Disponível em: <http://www.ovale.com.br/ex-lider-de-invas-es-vira-assessor-da-habitac-o-1.611362> Acessado em 03 nov. 2016.

LAM, Lauro. **Perfil na internet defende Banhado.** Jornal O Vale. 23 de Julho de 2014. Disponível em: <http://www.ovale.com.br/perfil-na-internet-defende-banhado-1.546509> [Data de acesso: 17/08/2014].

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MARTELETO, Regina Maria. Análise de redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 30, n. 1, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v30n1/a09v30n1.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2014.

MORAIS, David et al.; **Comissão de Moradores do Jardim Nova Esperança.** Correspondências expedidas, 1999.

MORELLI, Ademir Fernando; SANTOS, Ademir Pereira dos. O Banhado de São José dos Campos: Caracterização de um Patrimônio Ambiental Valeparaibano. **Revista Pós**, São Paulo, n. esp. 2, p. 79-85, set. 1996.

OTTOBONI, Júlio. O último dos prefeitos nomeados: Ednardo foi o responsável por planejar o Anel Viário. In: QUEIROZ, Alberto Vasconcellos (org). **Com a palavra, o prefeito: perfis e depoimentos dos políticos que governaram São José dos Campos durante a segunda metade do século XX.** São José dos Campos, SP: Prefeitura Municipal de São José dos Campos, 2008.

PÁGINA DO FACEBOOK BANHADO RESISTE. **Página do Facebook Banhado Resiste.** Disponível em: <https://www.facebook.com/Banhadoresiste?fref=ts>. [Data de acesso: 28/02/2015].

PEREIRA, Chico. **Cury vai rever área do parque do Banhado**. Jornal O Vale. 18 de Abril de 2010. Disponível em: <http://www.ovale.com.br/cury-vai-rever-area-do-parque-do-banhado-1.3747/comments-7.8505> [Data de acesso: 11 de Novembro de 2015].

ROLNIK, Raquel. Apresentação. In: MARICATO, Ermínia (org). **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

ROSA FILHO, Arthur. **As políticas públicas do poder executivo municipal na remoção e/ou reurbanização das favelas do município de São José dos Campos**. 2002. Dissertação (mestrado em Planejamento Urbano e Regional), Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos 2002.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Prefeitura Municipal (PMSJC). **PDDI – Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de 2006**. São José dos Campos. Consulta Pública, 2006. Disponível em: [www.camara-municipal-de-sao-jose-dos-campos.jusbrasil.com.br](http://www.camara-municipal-de-sao-jose-dos-campos.jusbrasil.com.br). Acesso em: 5 maio 2014.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Prefeitura Municipal (PMSJC). Secretaria de Habitação. **PIAS – Plano Integral de Ação Social**. São José dos Campos, SP: Prefeitura Municipal de São José dos Campos. Consulta Pública, 2008. Disponível em: <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=1386553>. Acesso em: 16 jul. 2014.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. **Lei 8756 de 28 de dezembro 2012, cria o Parque Natural Municipal do Banhado – PNMB – e da outras providências**. Disponível em: <https://www.leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-jose-dos-campos/lei-ordinaria/2012/875/8756/lei-ordinaria-n-8756-2012-cria-o-parque-natural-municipal-do-banhado-pnmb-e-da-outras-providencias-2012-06-28.html> [Data de acesso: 03/04/2014].

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. **EIA/RIMA – Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental**. PLANSERVI/COBRAPE. Vol. I, II, III. São Paulo: SEMEA – Secretaria de Meio Ambiente do Município de São José dos Campos, 2013.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. **Lei Municipal N° 9.258, 5 de maio de 2015, institui o Programa Municipal de Compra Assistida e dá outras providências**. Disponível em: <http://ged.camarasjc.sp.gov.br/municepe/gerarPDF.aspx?dcmlid=58198&x=35383139382331322350524F4A45544F204445204C4549202D2028504C2936355F50726F636573736F323938312F323031352D44544C> [Data de acesso: 21/07/2015].

SMITH, Neil. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (org). **De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de revitalização dos centros urbanos**. São Paulo: Annablume, 2006.

SPINK, Mary Jane Paris J. Viver em áreas de risco. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n.9, p. 3743-3754, 2014 Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/csc/v19n9/1413-8123-csc-19-09-3743.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2016.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Urbano Estratégico. In: ARANTES, O. F.; VAINER, C. B.; MARICATO, E. **Cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.